



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638715 - MG (2021/0001799-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : CARINA BICALHO PIACENZA - MG068209
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALEXANDER DA SILVA MARTINS (PRESO)
CORRÉU : ROGERIO SOUZA DE SA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDER DA SILVA MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação n. 1.0024.08.062167-5/003).

O paciente foi condenado pelo Tribunal do Júri de Belo Horizonte (art. 121, § 2º, I e IV, do CP) a 15 anos de reclusão no regime inicial fechado. A sentença foi mantida em apelação.

A impetrante sustenta que há constrangimento ilegal, pois o acórdão atacado não acolheu a tese defensiva de que a prova que dá fundamento à condenação foi exclusivamente colhida na fase do inquérito.

Requer, liminarmente, possa o paciente aguardar o julgamento deste *writ* em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para declarar nula a condenação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente